

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.077 - RJ (2019/0121195-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORES** : **BALTAZAR JOSÉ VASCONCELOS RODRIGUES - RJ153763**  
**MAURINE MORGAN PIMENTEL FEITOSA E OUTRO(S) - RJ156496**  
**AGRAVADO** : **PEDRO CEZAR GENN DE SOUZA**  
**ADVOGADO** : **FERNANDO SARMENTO BASTOS - RJ037130**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Estado do Rio de Janeiro contra decisão (e-STJ, fls. 120-122) que inadmitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: a) incidência da Súmula 7/STJ; e b) óbice na Súmula 83/STJ.

O agravante defende que o recurso especial não foi interposto com a intenção de cuidar novamente de matéria de fato, mas, sim, da ausência de pronunciamento contundente do Tribunal local acerca de relevantes questões suscitadas pelo ente público.

Argumenta ainda que (e-STJ, fl. 141):

No mais, a discussão é meramente de direito, cingindo-se à suficiência e eficácia da documentação que sustenta o laudo pericial, vez que, conforme alegação do próprio perito responsável pelo laudo, seus cálculos se fundaram nos documentos de fls. 22/78 dos embargos à execução (IDs 25, 34 e 82), e, posteriormente, foram considerados na sentença como INSUFICIENTES para a apuração do valor a ser executado.

Contraminuta às e-STJ, fls. 146-153.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ fls. 908/914, opinando pelo conhecimento do agravo para dar provimento em parte ao recurso especial.

É o relatório.

Em que pese o parecer ministerial, o agravo não comporta conhecimento.

Das razões do agravo interposto, verifica-se que a parte recorrente não impugnou especificamente os fundamentos da decisão agravada, deixando de combater, de forma específica, a assertiva de incidência da Súmula 7 do STJ e não se pronunciando acerca do óbice na Súmula 83 do STJ.

Com efeito, não basta a assertiva genérica de que não se pretende o reexame de provas, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do referido óbice processual.

No aspecto:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM**

RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 7 E 182 DO STJ.

1. A insurgente não impugnou, de forma precisa, os fundamentos da decisão impugnada em relação à aplicação da Súmula 7/STJ, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 182 desta Corte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
  2. Não basta a assertiva genérica de que é desnecessária a análise de prova, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do citado óbice processual.
  3. Ainda que assim não fosse, decidir de forma contrária ao acórdão recorrido demandaria necessariamente o reexame de matéria fática, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte Superior.
  4. Agravo interno a que se nega provimento.
- (AgInt no AREsp 1.067.725/SP, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 20/10/2017)

O agravante, apesar de ter feito menção à tese defendida no recurso especial e à não incidência da Súmula 7/STJ, não realizou a necessária demonstração de que a análise da alegada nulidade do acórdão recorrido não envolveria matéria fático-probatória.

Pelo contrário, as próprias razões expostas no agravo giram em torno de questões estritamente probatórias, relativas à suficiência de documentos constante dos autos para a confecção do laudo pericial.

Por outro lado, o agravante não impugnou o fundamento de óbice na Súmula 83/STJ.

Desse modo, forçosa é a incidência do disposto no art. 932, III, do CPC (correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), segundo o qual não se conhece do agravo que não ataca especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, nos seguintes termos:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (grifo acrescido)

Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 880.709/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 17/6/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 13/5/2016; AgRg no AREsp 825.588/RJ, Quarta Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 12/4/2016; AgRg no REsp 1.575.325/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 1º/6/2016; e AgRg nos EDcl no AREsp 743.800/SC, Sexta Turma, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 13/6/2016.

Confirmam-se, ainda:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - **Razões de agravo interno que não impugnem especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus dos Agravantes.** Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt nos EAREsp 594.062/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/9/2016, DJe 20/9/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. PROCEDIMENTO FORA DO ROL DA ANS. CIRURGIA REALIZADA NA DATA PREVIAMENTE MARCADA. AUSÊNCIA DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Autora submeteu-se, na data previamente marcada por seu médico, e sem qualquer atraso, ao ato cirúrgico de que necessitava, não despontando do cenário dano moral indenizável, mas mero aborrecimento, irrelevante para o direito.

2. O acolhimento da pretensão recursal a fim de afastar as conclusões do aresto estadual demandaria incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra na Súmula n. 7 do STJ.

3. Ao repisar os fundamentos do recurso especial, a parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, **não tendo procedido à impugnação específica ao óbice da Súmula 7/STJ, fundamento para o não provimento recursal.** Incidência da Súmula 182/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 819.041/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 1º/2/2016)

PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL.

# *Superior Tribunal de Justiça*

COMPROVAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. RECONSIDERAÇÃO. AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL LASTREADA NO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC. NÃO CABIMENTO. EXEGESE DOS ARTS. 543 E 544 DO CPC. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ.

1. A Corte Especial, por maioria, entendeu não ser cabível o agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento ao recurso especial lastreada no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, pois o acórdão recorrido estaria no mesmo sentido daquele proferido em recurso representativo de controvérsia por este Superior Tribunal.

2. Ademais, **para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.** Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 687.133/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 12/11/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, inc. III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, inc. I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator